



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
Campus São Vicente
Coordenação de Licitação

Termo de Referência
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022
(Processo Administrativo nº 23197.000404.2021-81)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, HORTIFRUTIGRANJEIROS, FRIOS E CARNES (Republicação itens) conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Estimativa de consumo individualizada, do órgão gerenciador.

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant.	Quant. Mínima	Vlr. Unit.	Vlr. Total
ITENS AVULSOS						
1	Linguiça de carne suína, tipo toscana. Produto de primeira qualidade. Composição exclusivamente de carne suína, gordura e aditivos conforme normativa de embutidos do MAPA. Apresentação congelada. Validade mínima 9 meses. Características adicionais: rotulagem de acordo com os padrões do MAPA. Apresentação em embalagem a vácuo. Catmat 447705	KG	2.000	50	24,21	48.420,00
2	Carne de porco, tipo toucinho (bacon), apresentação defumado. Produto de primeira qualidade. Refrigerado. Validade Mínima 90 dias. Características adicionais: rotulagem de acordo com os padrões do MAPA. Apresentação em embalagem a vácuo. Catmat 447666	KG	1.000	50	38,88	38.880,00
	Linguiça de carne suína, tipo calabresa. Produto de primeira qualidade. Composição exclusivamente de carne suína, gordura e aditivos conforme normativa de embutidos do MAPA. Apresentação congelada.					

3	Validade mínima 9 meses. Características adicionais: rotulagem de acordo com os padrões do MAPA. Apresentação em embalagem a vácuo. Catmat 447702	KG	1.000	50	30,47	30.470,00
4	Presunto de pernil. Produto de primeira qualidade. Sem adição de outras carnes. Refrigerado. Validade mínima 90 dias. Características adicionais: rotulagem de acordo com os padrões do MAPA. Produto de 1ª qualidade. Apresentação em barra. Catmat 447771	KG	1.000	50	30,02	30.020,00
5	Peixe, espécie Pacu, apresentação limpo, SEM ESPINHA, cortado em posta. Congelado, com rótulo ou etiqueta que identifique: categoria do produto, validade, carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), SISE (Serviço de Inspeção Estadual) ou SIM (Serviço de Inspeção Municipal) de acordo e com registro no MAPA. Validade Mínima 9 meses (congelado). Catmat 448967	KG	2.000	100	33,47	66.940,00
6	Peixe, espécie pintado, apresentação filé. Congelado, com rótulo ou etiqueta que identifique: categoria do produto, validade, carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), SISE (Serviço de Inspeção Estadual) ou SIM (Serviço de Inspeção Municipal) de acordo e com registro no MAPA. Validade Mínima 9 meses (congelado). Catmat 448911	KG	2.000	100	42,52	85.040,00
7	Manteiga, tipo: primeira qualidade, composição: com sal. catmat 446393	Embalagem 10 kg	50	5	281,48	14.074,00
8	Nitrato de sódio, aspecto físico cristal branco, inodoro, higroscópico, fórmula química NaNO_3 , peso molecular 84,99 g/mol, grau de pureza mínima de 99%, característica adicional reagente p.a./ acs, número de referência química cas 7631-99-4. Embalagem de 1KG. catmat 412729	Unidade	20	2	77,33	1.546,60

9	Tripa natural de suína salgada para lingüiça frescal, calibre de 28 mm e máximo de 32 mm. (maço de 80m). catmat 474065	Unidade	30	2	130,00	3.900,00
10	Tripa ovina calibre 22/24, fios de 4 a 10 metros, para linguiças e salsichas de calibre fino, maço com 90 metros, com identificação do produto, prazo de validade, com registro no órgão competente. Validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega. catmat 447572	Unidade	30	2	150,00	4.500,00
11	TRIPA DE COLÁGENO - Tripa de colágeno para salame, grampeada e amarrada com barbante para pendura em um dos lados e medindo cada uma 32 cm de comprimento e de calibre 45 mm ou 50 mm, a mesma deve apresentar boa resistência ao embutir. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Maço de no mínimo 15 metros. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. catmat 449390	Unidade	2.000	20	7,89	15.780,00
12	Ácido cítrico; mono-hidratado acs; c1909,sigma; frasco 500g catmat 351610	Frasco	20	2	48,00	960,00
13	Aroma artificial de morango, para utilização em iogurte e bebida láctea. Embalagem de 1 litro, com dados de identificação do produto e marca do fabricante, prazo de validade mínima de 6 meses a partir da entrega. catmat 422808	Litro	20	2	98,00	1.960,00
	Aroma artificial de pêssego, para utilização em iogurte e bebida láctea. Produto líquido. Embalagem de 1 litro, com dados de identificação do produto e marca do fabricante, prazo de validade mínima de 6					

14	meses a partir da entrega. catmat 409903	Litro	20	2	98,00	1.960,00
15	Aroma artificial de coco, para utilização em iogurte e bebida láctea. Produto líquido. Embalagem de 1 litro, com dados de identificação do produto e marca do fabricante, prazo de validade mínima de 6 meses a partir da entrega. catmat 462203	Litro	20	2	87,00	1.740,00
16	COALHO de leite, composição enzimática aproximada de pepsina bovina e renina, poder de coagulação 1:50.000 bombona com 5 litros. catmat 281590	Unidade	2	1	960,00	1.920,00
17	Fermento láctico termofílico para fabricação de queijos mussarela e provolone. Validade mínima de 1 ano após a data da entrega. Acompanhado de Ficha Técnica. Composição de Streptococcus thermophilus. Produto de acordo com os padrões microbiológicos, segundo especificações estabelecidas pela legislação. TCF 100 100U 500 l. Embalagem pacote de 500G. catmat 459599	Unidade	30	2	197,00	5.910,00
18	Fermento láctico termofílico para fabricação de queijo prato. Validade mínima de 1 ano após a data da entrega. Acompanhado de Ficha Técnica. Produto de acordo com os padrões microbiológicos, segundo especificações estabelecidas pela legislação MCF 1 100U 500 litros prato. Embalagem pacote de 500G. catmat 459599	Unidade	15	2	168,00	2.520,00
19	Corante vermelho cochonilha, frasco com 1 litro. Com data de fabricação não superior a 60 dias da entrega e prazo de validade de no mínimo 1 ano Corante CFS vermelho frasco litro. catmat 456363	Litro	15	2	187,00	2.805,00
	Sal fundente para queijo CAT 10. Mistura de polifosfatos de grau alimentício. Usado na					

20	fabricação de requeijão cremoso e queijos fundidos. Promove a dissolução das proteínas, aumento da durabilidade, cremificação, estabilização do pH, uniformidade da massa e emulsificação. Rótulo legível, com dados de identificação do produto e do fabricante. Contendo data de fabricação (não superior a 30 dias na data de entrega) e data de validade. Embalagem saco de 25 Kg. catmat 410741	Unidade	10	2	1.270,00	12.700,00
21	Fermento YCF4 100U para iogurte/Bebida Láctea, com ação de fermentação rápida (4 horas). Apresentação: Pacote para fermentar 500 L de leite. Validade mínima 6 meses, a partir da data de entrega. catmat 459599	Envelopes	50	2	109,00	5.450,00
22	Cloreto de cálcio, aspecto físico pó, granulado ou escama branca ou rosada, opaca, fórmula química $\text{CaCl}_2 \cdot 2\text{H}_2\text{O}$, massa molecular 147,01, grau de pureza mínima de 99%, característica adicional reagente p.a., número de referência química CAS 10035-04-8. catmat 346620	KG	20	2	58,00	1.160,00
23	Corante líquido artificial, para fins alimentícios nas cores vermelho, amarelo, verde e azul. Com validade mínima de 2 anos, contando da data da entrega. Apresentação frasco 1 Litro. catmat 440566	Litro	15	2	78,00	1.170,00
24	Pectina cítrica pura em pó. Rótulo com identificação do produto e fabricante. Prazo de validade mínima de 6 meses. Embalagem pacote de 1kg. catmat 374741	Pacote 1 kg	15	2	497,00	7.455,00
25	Emulsificante de Gordura: (para carnes) Ajuda a promover a emulsão e entre gordura / proteína / umidade. Embalagem 250 gramas. catmat 349845	Pacote 250 gramas	20	2	32,00	640,00
	Fixador de cor para produtos cozidos a base de Eritorbato De Sódio. Embalagem 250 gramas.	Pacote 250				

26	catmat 237114	gramas	20	2	32,00	640,00
	Hambúrguer, 100% de carne bovina, temperado, congelado a -18°C, sem proteína de soja, porcionado em 80g, com validade mínima de seis meses no ato da entrega.					
27	Catmat 447747	KG	1000	50	30,20	30.200,00
	Alcool Etilico: Teor Alcoólico: 70% P/P (70 °Gl) 0, Composição Básica: Glicerinado 0, Características Adicionais: Com Bico Dosador	Galão 5 litros	50	5	87,00	4.350,00
28						
TOTAL GERAL 423.110,00						

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da ATA SRP prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3. Em relação aos itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos gêneros de alimentação acima elencados se justifica pela necessidade de fornecimento de refeições aos discentes e servidores do IFMT/Campus São Vicente, principalmente aos estudantes alojados, com destaque para o fato de a instituição localizar-se na zona rural. Assim, é necessária a execução eficiente das atividades do restaurante, como condição para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

2.2. As quantidades foram estimadas considerando as necessidades em um período de 12 (doze) meses.

2.3. Atualmente, a demanda diária do restaurante tem em média de 1.450 refeições diárias entre 300 cafés da manhã, 550 almoços, 300 jantas e 300 lanches noturno.

2.5. Justifica-se a adoção do Sistema de Registro Preço (SRP), porquanto os produtos, bens comuns, de natureza alimentar (cuja quantificação de consumo pode ser apenas estimada), se enquadram nas seguintes hipóteses do Decreto n. 7.892/2013, Art. 3º, inciso I - haverá necessidade de contratações frequentes; II - é mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; IV - não é possível definir previamente com exatidão o quantitativo a ser demandado pelo Campus São Vicente.

2.6. Da possibilidade de concessão de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos/entidades não participantes do certame nos termos do Acórdão TCU nº. 1297/2015-Plenário: "O órgão gerenciador do registro de preços deve justificar eventual previsão editalícia de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes ("caronas") dos procedimentos iniciais. A adesão prevista no art. 22 do Decreto 7.892/13 é uma possibilidade anômala e excepcional, e não uma obrigatoriedade a constar necessariamente em todos os editais e contratos regidos pelo Sistema de Registro de Preços (grifamos)".

2.7. Nas compras realizadas pelo IFMT, temos identificados que nas licitações onde há a previsão da possibilidade do chamado "carona" o volume de interessados em participar do certame é mais expressivo, em comparação a outros certames onde há a vedação de participação. O fornecedor, ao considerar a possibilidade de ter preços registrados para determinado produto, bem como a possibilidade desse ser adquirido por outros órgãos públicos que não participaram da licitação, é levado a participar do certame bem como a buscar ofertar melhores preços.

2.8. Diante dos apontamentos acima, entendemos ser conveniente que o instrumento convocatório traga a possibilidade de adesão à ARP decorrente da licitação.

2.9. A adoção do sistema de registro de preço justifica-se pela forma de aquisição dos bens e serviços, que terá previsão de entregas parceladas.

2.10. O registro de preços será formalizado por intermédio de Ata de Registro de Preços, e nas demais condições previstas neste termo de Referência.

2.11. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condição.

2.12. Nesta licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional,

com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O caso concreto justifica a adoção do Sistema de Registro Preço (SRP), porquanto os produtos, bens comuns, de natureza alimentar (cuja quantificação de consumo pode ser apenas estimada), se enquadram nas seguintes hipóteses do Decreto n. 7.892/2013:

- a) Haverá necessidade de contratações frequentes;
- b) É mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;
- c) Não é possível definir previamente com exatidão o quantitativo a ser demandado pelo Campus Gerenciador.

4.2. A natureza dos objetos a serem contratados neste termo de referência é considerada comum por motivo de que seus padrões de desempenho e qualidade puderam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. Será realizado Pregão Eletrônico via sistema de Registro de Preços, com fulcro no DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 .

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos produtos é de 10 (dez) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, em remessa única e/ou parcelada, em dias úteis, de segunda a sexta feira, em horário comercial no seguinte endereço relacionado abaixo:

- a) IFMT – CAMPUS SÃO VICENTE – Setor de Almoxarifado – Rodovia BR 364, KM 329, Vila de São Vicente, Município de Cuiabá – MT, Telefone 65 3341-2161, no período de 08:00 as 17:00 horas (horário local), em dias de expediente normal.

5.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 02 (dois) dias, do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do mesmo e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

- 5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7. Para os produtos industrializados, quando da entrega, o transcurso do prazo de validade de cada produto não poderá ser superior a 35% (trinta e cinco) do previsto originalmente, conforme a natureza do alimento.

5.8. Os produtos hortifrutigranjeiros (frutas, legumes e verduras) devem satisfazer as seguintes condições mínimas:

- a) Serem frescos;
- b) Terem atingido o máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie da variedade;
- c) Apresentarem grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação

em condições adequadas para o consumo mediato e imediato;

d) Serem colhidas cuidadosamente e não estejam golpeados ou danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a aparência;

e) A polpa e o pedúnculo, quando houver, deverão se apresentar intactos e firmes;

f) Não apresentarem substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca; estejam isentas de umidade externa anormal e sabor estranhos;

g) Estarem livres de resíduos de fertilizantes.

5.9. As carnes bovinas, suínas e aves deverão serem entregues resfriados, em temperatura entre 4 e 6 graus centígrados no máximo, acondicionados em embalagens plásticas atóxicas, transparentes e integras, hermeticamente fechadas.

5.10. Os pescados deverão ser entregues congelados em temperatura inferior a 15 graus centígrados, apresentando cor, odor e textura característicos, acondicionados em embalagens plástica atóxicas, transparente e integras, hermeticamente fechadas.

5.11. Todas as carnes deverão ter embalagens interna de material plástico transparente, atóxico resistente e íntegro. As carnes deverão ser acondicionadas para transporte em caixas de material atóxico, resistente, de fácil higienização e desinfecção utilizada unicamente para o transporte desses produtos.

5.12. Os produtos, carnes e frios, deverão serem transportados em carro fechado, isotérmico ou refrigerado, em boas condições de higiene, sem resíduos de alimentos ou materiais como palha, sacos, caixas, papeis e outros em seu interior. As caixas contendo gênero alimentício deverão serem colocadas sobre “pallets” para evitar o contato da caixa com o assoalho do veículo.

5.13. O entregador devesse usar sapatos fechados, uniforme da empresa com identificação e observar cuidados de higiene pessoal e do uniforme.

5.14. A conferência de peso, quantidade, qualidade, validade, embalagens e temperatura de entrega será realizada junto ao entregador, que deverá aguardar estas conferências até sua finalização. A qualidade das carnes será conferida quanto a cor, textura, odor e aparência geral que deverão ser características do produto e estar de acordo com a descrição deste termo.

5.15. Não serão recebidos produtos com embalagens de material reciclado (saco colorido) ou reaproveitado.

5.16. Não serão recebidos produtos com quantidade diferente da solicitada para maior ou para menor.

5.17. Os produtos recusados por inadequação de quantidade ou qualidade deverão ser substituído ou complementados no prazo de 24 horas.

5.18. O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela Administração.

5.19. A Administração rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o Edital e seus Anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.

5.20. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, especialmente designado pela autoridade competente, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

5.20.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.21. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

5.22. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.23. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

5.24. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.25. Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga e outras para efetiva entrega dos produtos, correrão por conta da licitante adjudicada.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7. Abster-se de adquirir carne bovina proveniente de imóveis rurais que figurem na lista divulgada no site oficial de áreas embargadas pelo IBAMA ou submetidas à sanção administrativa de embargos de órgãos ambientais.

7.1.8. Abster-se de adquirir carne bovina proveniente de cria, recria e engorda em áreas indígenas reconhecidas objeto de portaria declaratória do Ministério da Justiça ou objeto de interdição por ato da Presidência da Fundação Nacional do Índio – FUNAI – bem como áreas reconhecidas por ato administrativo federal, estadual e municipal como unidades de conservação (exceto aquelas em que a legislação permita o exercício da atividade pecuária) ou objeto de interdição.

7.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas dos valores devidos a seus empregados no cumprimento das obrigações desta licitação.

7.1.10. Responsabilizar-se por possíveis indenizações decorrentes da execução da presente contratação, ocasionadas por erros ou falhas de seus funcionários ou preposto, quando de sua execução.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários

para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice XXXX exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. Multa moratória de 0,2% (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;
- 13.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.
- 13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

- 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 423.110,00 (quatrocentos e vinte e três mil cento e dez reais).

15. DA SUSTENTABILIDADE

15.1. Deverão ser observados, na aquisição, os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, no que couber:

15.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

15.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

15.1.3. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

15.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15.2. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar comprovação da observação dos critérios de sustentabilidade ambiental.

São Vicente da Serra – MT 05 de janeiro 2022

Jonir de Oliveira
Coordenador de Restaurante

AMARILDO POLETTI DA SILVA

Diretor de Administração e Planejamento - Substituto

Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a continuidade do Processo. Desde que se obedeçam as formalidades legais, bem como as estabelecidas neste Termo de Referência.

Em, ____/____/____

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA

Diretor-Geral - Substituto do IFMT – Campus São Vicente

Documento assinado eletronicamente por:

- **Amarildo Poletto da Silva**, COORDENADOR - FG0001 - SVC-CLI, em 05/01/2022 16:01:09.
- **Fabio Henrique de Oliveira Silva**, DIRETOR - SUBSTITUTO - SVC-GAB, em 05/01/2022 16:08:10.
- **Jonir de Oliveira**, COORDENADOR - FG0001 - SVC-CRES, em 05/01/2022 16:38:45.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/01/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 288818

Código de Autenticação: 0ed09d6fe1

